

especial Cidadania



Pela televisão, crianças são bombardeadas com anúncios de produtos que são prejudiciais à saúde

Senado busca solução para impasse sobre publicidade de alimentos

O Senado pode dar um passo importante, aprovando um projeto de lei de Marisa Serano, para resolver o impasse que se arrasta há anos sobre os limites que devem ser impos-

tos à publicidade de alimentos com alto teor de açúcar, gordura e sal. O país gasta bilhões de dólares por ano com tratamento de doenças causadas pela obesidade. **4 e 5**

Moda e arte na semana de inclusão do deficiente

A 6ª Semana organizada pelo Senado para estimular a inclusão da pessoa portadora de deficiência começa hoje, com exposição artística e desfile. **2**

CCJ vota projetos que modificam o Código Penal

Propostas em exame amanhã ampliam penas e o conceito de formação de quadrilha, além de aumentar punição aos funcionários públicos desonestos. **7**

Congresso vota de hoje a quinta análises setoriais do Orçamento

Relatórios avaliam dez grandes áreas de investimentos do governo. Equipe de transição de Dilma Rousseff terá encontro com relator-geral para fazer sugestões

De hoje a quinta-feira, a Comissão Mista de Orçamento realiza nove reuniões para votar os dez relatórios setoriais apresentados ao projeto da Lei Orçamentária de 2011. O Congresso divide o projeto em dez grandes áreas, a exemplo de infraestrutura, saúde, educação, para facilitar a

análise da proposta do governo estimando a receita e as despesas para o próximo ano.

Como a proposta será executada por um novo governo, já neste exame o Congresso deve ouvir sugestões da equipe de transição da presidente eleita Dilma Rousseff sobre o Orçamento 2011. **3**

Ações de combate à violência ampliam gastos com segurança

Ações de combate à violência previstas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e no Sistema Único de Segu-

rança Pública (Susp) são responsáveis pelo aumento dos gastos em justiça e defesa, segundo parecer do relator da área, Gilvam Borges. **3**



Hamilton Carvalho (D), do TSE, anunciou próximos passos durante audiência no Rio

Juristas começam a elaborar projeto de novo Código Eleitoral

A comissão formada para propor ao Senado um novo Código Eleitoral encerrou ontem no Rio de Janeiro a fase de audiências, discutin-

do regras para propaganda partidária e para consultas ao Tribunal Superior Eleitoral. Agora os juristas vão consolidar o anteprojeto. **8**

Arte e moda na semana da pessoa com deficiência

Evento organizado pelo Senado quer incentivar o debate e definir propostas que ajudem a incluir ainda mais estas pessoas na sociedade

DEPOIS DA CERIMÔNIA formal em Plenário, hoje, às 14h, o primeiro dia da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência terá como destaques a abertura de uma exposição de arte de Arthur Bispo do Rosário e a realização de um desfile de moda. A semana, promovida pelo programa Senado Inclusivo, busca incentivar debates e ações para inclusão de pessoas

com deficiência.

A abertura da exposição *Obraviva – sonho e realidade*, com trabalhos do sergipano Arthur Bispo do Rosário, acontecerá às 18h, no Salão Branco do Congresso Nacional. As obras poderão ser vistas pelo público até o dia 19.

A produção artística de Arthur Bispo do Rosário se deu durante os 50 anos em que pas-

sou longos períodos internado na Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro. Diagnosticado com esquizofrenia, Rosário faleceu em 1989, deixando um acervo de mais de mil obras.

Desfile de moda

Às 19h, será a vez de um desfile de moda ocupar o Salão Negro do Congresso Nacional. Serão apresentadas peças de

vestuário adaptadas para atender as necessidades de pessoas com deficiência.

O desfile terá a participação do deputado federal eleito e ex-jogador de futebol Romário (PSB-RJ), que desfilará com sua filha Ivy, portadora da síndrome de Down.

A coordenadora do programa Senado Inclusivo, Mônica de Araújo, destacou a impor-

tância da iniciativa:

– Queremos mostrar para a sociedade que atitudes simples, como esta realizada pelo Senado, podem melhorar a autoestima das pessoas que sofrem de algum tipo de deficiência.

A programação da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência segue até a próxima quinta-feira, com palestras e apresentações gratuitas.

J. Freitas/Senado Federal



Fernando Quadros da Silva (E), Braulio Dias, do Ministério de Meio Ambiente, e Patrick Brandin, do Museu Nacional de História Natural de Paris

Ministro do STJ destaca avanços da lei ambiental

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin disse ontem que a ordem jurídica brasileira no campo ambiental avançou muito desde a Constituição de 1988. A partir daí, o país começou a deixar para trás princípios que davam aos proprietários de terra excessiva liberdade sobre como utilizar as áreas.

– A prerrogativa de usar permanece, sim, mas sob limites; e de não usar, se for para o abandono, o ordenamento jurídico não permite e, em tese, a terra poderá ser submetida a reforma agrária; não usar, sim, mas desde que seja por razão ambiental; e a prerrogativa de destruir espécies selvagens, às vezes de forma egoística, essa desapareceu, não

faz parte da nova equação.

O ministro participou do 1º Colóquio Ambiental França-Brasil de Juizes, promovido pela Escola Nacional da Magistratura (ENM) e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Participaram da solenidade de abertura o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ari Pargendler; o embaixador da França, Yves Edouard Saint-Geours; e o diretor da ENM, Eladio Lecey, entre outros.

De acordo com Ari Pargendler, entre todas as cortes da América Latina, o STJ julga o maior número de litígios ambientais, o que pode ser explicado pelo tamanho do país, sua biodiversidade e questões como o desmatamento.

Para Yves Saint-Geours, o colóquio “traduz a vontade de compartilhar idéias e avanços na compreensão comum ligada à biodiversidade”

Patrick Blandin, do Museu Nacional de História Natural de Paris, criticou o hábito de os países criarem leis de proteção para “espécies admiráveis”, decidindo sobre as que devem ou não ser preservadas. O secretário nacional de Biodiversidade e Florestas, Braulio Dias, avaliou que o país avançou na redução das perdas de biodiversidade, apesar de não ter cumprido totalmente nenhuma das 21 metas da 6ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Haia, Holanda, em 2002.

Pool de emissoras de TV transmite posse de Dilma

Todo o percurso a ser feito por Dilma Rousseff no dia 1º de janeiro – desde sua saída da Granja do Torto até a chegada à Catedral de Brasília, quando ocupará o Rolls Royce presidencial e seguirá rumo ao Congresso para a cerimônia de posse – será transmitido por um pool de emissoras de televisão que cobrirá o evento.

A preocupação dos organizadores da solenidade é assegurar que não haja “pontos cegos” nesse percurso, a fim de que a

população possa assistir pela televisão a todos os momentos do evento. Em razão disso, haverá helicópteros de emissoras de TV acompanhando todo o percurso. No alto do 28º andar do Anexo 1 do Senado, ficará uma câmera da TV Senado equipada para captar imagens de longa distância.

A informação foi divulgada pela comissão do Senado responsável pela solenidade, que se reuniu ontem para acertar os preparativos do evento, além de definir o planejamento para

o ensaio geral da cerimônia, que deverá ocorrer no próximo dia 19.

– Posso dizer que está tudo bem adiantado. Falta apenas a confirmação dos convidados – disse Claudia Lyra, secretária-geral da Mesa do Senado.

Os nomes dos presidentes e demais chefes de estado que participarão do evento dependem de confirmação do Ministério das Relações Exteriores, órgão responsável por convidar autoridades estrangeiras. Segundo o Itamaraty, estão sendo preparados 1.500 convites para a posse presidencial no Congresso Nacional.

Claudia Lyra (C) preside a reunião da comissão que organiza a posse presidencial

Márcia Kallman/Senado Federal



Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Votação final do CPC

14h Abertura da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Na sessão plenária, pauta trancada pela MP 499/10, que cria cargos no Ministério da Defesa. Às 19h, votação do projeto que reforma o Código de Processo Civil.

Fórum Pessoas com deficiência

9h 6º Fórum Senado Debate Brasil – convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência – “uma Constituição viva e cidadã”, no Auditório Antonio Carlos Magalhães.

CRA Atuação da Embrapa no exterior

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vai debater as atividades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no exterior. Participam da audiência pública o diretor-presidente da empresa, Pedro Arraes, e o diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Marco Farani.

CAE Sabatina de Alexandre Tombini

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa a indicação de Alexandre Antonio Tombini para presidente do Banco Central. Depois, na pauta, projeto que transfere a estados e municípios parte dos recursos do seguro obrigatório de danos causados por veículos automotores de via terrestre (Dpvt).

CE Crédito educativo para pós-graduação

11h O primeiro item da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte é o projeto que propõe a criação de programa de incentivo à prática desportiva para prevenção da violência e uso de drogas. Outro projeto cria programa de crédito educativo para estudantes de pós-graduação.

CMA Cadastro de obras inacabadas

11h30 A comissão analisa projeto que cria um cadastro geral de obras inacabadas. Depois, a subcomissão que acompanha as obras da usina de Belo Monte ouve o procurador Ubiratan Cazetta, a diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama, Gisela Forattini, e o diretor do Consórcio Norte Energia, Carlos Nascimento.

CMO Votação de relatórios setoriais

14h Reunião da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, para apresentação e votação de relatórios setoriais.

CCJ/CCT/CAE/CE/CMA TV por assinatura

14h30 Audiência pública conjunta de cinco comissões sobre regulamentação do serviço de TVs por assinatura. Entre os participantes, os presidentes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Emanuel Soares Carneiro, e da Agência Nacional de Telecomunicações, Ronaldo Mota Sardenberg.

Exposição Mostra de Bispo do Rosário

18h Abertura da exposição, no Salão Branco, *Obraviva – sonho e realidade*, do artista Arthur Bispo do Rosário. A mostra é parte da programação da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Moda inclusiva Medalhistas paraolímpicos

19h O Senado promove, ainda dentro da programação da semana da pessoa com deficiência, desfile de moda inclusiva, no Salão Negro, com a participação de medalhistas paraolímpicos, atores e do ex-jogador de futebol e deputado federal eleito Romário de Souza Faria e sua filha Ivy.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Adelmir Santana critica poder da relatoria-geral do Orçamento

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) disse ontem que os recursos destinados ao atendimento das emendas coletivas ao Orçamento de 2011 são insuficientes e reclamou da alta concentração de verbas e poderes nas mãos do relator-geral, Gim Argello (PTB-DF).

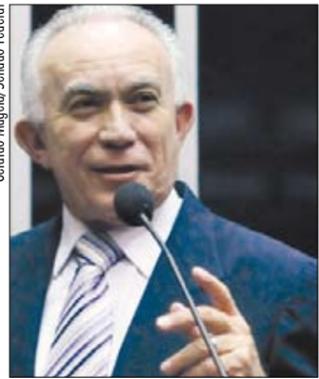
Relator setorial da área de poder de Estado e representação, Adelmir explicou que, dos R\$ 23,1 bilhões disponíveis para o atendimento das emendas coletivas, apenas R\$ 1,7 bilhão (7,3%) foi destinado às dez áreas temáticas orçamentárias, pouco mais de 13% dos R\$ 12,9 bilhões sob poder exclusivo da relatoria-geral.

Adelmir disse ainda que os R\$ 103,5 milhões destinados à área da qual é relator são insuficientes, já que as emendas coletivas de bancadas e comissões somam mais de R\$ 3 bilhões.

Essa relatoria setorial abrange órgãos do Judiciário, Legis-

lativo, Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores e Ministério Público.

Nesse contexto, afirmou o senador, cada comissão permanente do Legislativo, com direito a quatro emendas, somente poderá ser contemplada pelo relator setorial com no máximo R\$ 12,4 milhões, valor inferior ao que é destinado aos parlamentares individualmente.



Adelmir Santana lamenta esvaziamento das áreas temáticas

Augusto quer aumentar recursos previstos para a saúde em 2011

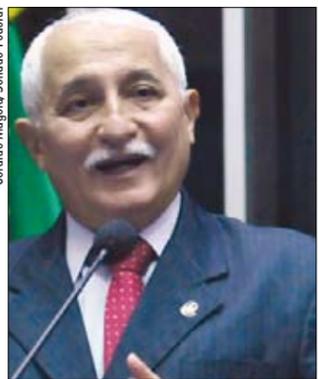
Augusto Botelho (sem partido-RR) defendeu que sejam destinados mais recursos à saúde do que a previsão inicial do Orçamento para 2011 (R\$ 68,4 bilhões). O senador, que é médico, sugeriu R\$ 100 bilhões para a saúde, ou, pelo menos, um incremento da ordem de R\$ 6,4 bilhões, conforme proposta do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Segundo o parlamentar, o relator-geral da proposta orçamentária, senador Gim Ar-

gello, disse que, em seu relatório preliminar, já aumentou em R\$ 1,05 bilhão os recursos do setor, e acrescentou que um novo esforço está sendo feito para que o Orçamento seja reforçado com mais R\$ 1,67 bilhão, destinando-se novo percentual à saúde.

Augusto assinalou que esses recursos deveriam ser alocados prioritariamente para três áreas: atendimento ambulatorial de média e alta complexidades; oferta de medicamentos excepcionais, que não constam da lista básica de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS); e piso de atenção básica (PAB) dos municípios para ações prioritárias de saúde específicas de acordo com o número de habitantes.

– O SUS, com todas as deficiências e dificuldades, ainda é o melhor para quem não tem recursos. É preciso também melhorar a gestão e mais recursos para combater a precariedade do sistema atual – propôs o senador.



Augusto Botelho sugere um total de R\$ 100 bilhões para o setor

Suplicy sugere que Gim esclareça denúncia de jornal

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou ontem em Plenário conversa que teve com o relator-geral Gim Argello, convidando-o a prestar esclarecimentos sobre denúncia contra ele e outros parlamentares publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

– Avalio que seria muito importante se o senador Gim Argello pudesse esclarecer todos esses episódios, porque muito possivelmente ele tenha agido de boa fé e as pessoas responsáveis pelas entidades citadas na matéria tenham procedido de maneira tal como explicado na reportagem — disse o senador



Suplicy: "Muito possivelmente ele [Gim] tenha agido de boa fé"

Eduardo Suplicy.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou o fato de muitos parlamentares no Congresso Nacional destinarem recursos orçamentários a organizações não-governamentais para promoverem *shows* com bandas caras em estados pobres do Nordeste.



Comissão Mista de Orçamento agendou nove reuniões entre hoje e quinta-feira para votar os relatórios setoriais

CMO vota de hoje até quinta relatórios setoriais de 2011

Análises abrangendo as dez grandes áreas da proposta de Orçamento da União para o ano que vem serão avaliadas pelos congressistas em reuniões durante esta semana

OS RELATÓRIOS SETORIAIS do Orçamento da União para 2011 devem ser votados em uma série de reuniões da Comissão Mista de Orçamento (CMO) entre hoje e quinta-feira. Eles abrangem as dez grandes áreas do Orçamento: infraestrutura; saúde; integração nacional e meio ambiente; educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte; planejamento e desenvolvimento urbano; fazenda, desenvolvimento e turismo; justiça e defesa; poderes do Estado e representação; agricultura e desenvolvimento agrário; e trabalho, previdência e assistência social.

A votação desses relatórios setoriais deve permitir a elabo-

ração do relatório-geral, a cargo do senador Gim Argello (PTB-DF), ao projeto enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional em 31 de agosto. Hoje, estão previstas reuniões às 14h, 18h e 20h; amanhã, às 14h30, 18h e 20h; e na quinta-feira, às 10h, 14h e 16h.

Transição

Essa foi a última proposta orçamentária preparada pela atual equipe de governo. As ações e despesas ali descritas serão executadas pela presidente eleita, Dilma Rousseff. Por isso, a proposta deve começar a receber nesta semana sugestões da equipe de transição para o futuro governo. O senador Gim

Argello confirmou ontem que deve se encontrar hoje com o próximo ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, um dos coordenadores da equipe de Dilma.

A reunião, que deve ter a presença do atual ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, marca a inédita participação formal de uma equipe de transição de governo eleito na análise do Orçamento.

Por sugestão do deputado Gilmar Machado (PT-MG), líder do governo no Congresso, Gim incluiu no relatório preliminar aprovado pela CMO a possibilidade de acolher, nas alterações, "políticas públicas formalmente solicitadas pela equipe de transição do governo eleito".

Segurança pública prevê aumento de gastos

Ações de combate à violência previstas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e no Sistema Único de Segurança Pública (Susp) são responsáveis pelo crescimento dos gastos estimados para 2011 em justiça e defesa, uma das dez grandes áreas do Orçamento da União.

O relatório sobre esse setor foi apresentado na sexta-feira pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP) e deve ser votado em uma das reuniões convocadas pela CMO nesta semana.

Segundo Borges, a dotação para o Pronasci – que atende ex-detentos entre 15 e 24 anos – representa mais de 50% do

total das principais iniciativas do Ministério da Justiça. O Pronasci deve ficar com R\$ 2,1 bilhões dos R\$ 4,073 bilhões dos chamados programas finalísticos da pasta.

Superposição

O segundo programa em volume financeiro é o Susp, para o qual são previstos R\$ 628,3 milhões. Como assinala o relator, o Susp contempla ações orçamentárias que algumas vezes se superpõem às do Pronasci, caso do apoio ao reaparelhamento dos órgãos de segurança pública.

Já o Programa de Aprimoramento da Execução Penal sofrerá redução na dotação para 2011, apesar do déficit de 194.650 va-

gas no sistema prisional do país, conforme observa Gilvam Borges. O relator também destaca a baixa execução orçamentária das principais ações desse programa, resultante da ausência de projetos estaduais para ampliação dos estabelecimentos prisionais.

Gilvam Borges observa que o investimento para a área de defesa em 2011 encontra-se bem acima da média histórica e destaca as dotações no total de R\$ 4,2 bilhões para o reaparelhamento da Marinha. Estão previstos recursos para a construção de submarinos convencionais (R\$ 2,3 bilhões) e nucleares (R\$ 478,6 milhões), além de sua manutenção (R\$ 962,7 milhões).

Alvaro Dias propõe extinção da comissão

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) propôs ontem a extinção da CMO, sob o argumento de que, desde o escândalo investigado pela CPI dos Anões do Orçamento em 1993, a comissão é alvo constante de denúncias de irregularidades.

– Há uma reincidência de desvios. Por isso, nós achamos que não basta investigar e responsabilizar parlamentares por supostas irregularidades que ocorrem neste momento. É preciso adotar uma posição radical. Defendo, e sei que é consenso no nosso partido, a



Alvaro diz que há uma reincidência de desvios envolvendo a comissão

extinção da CMO – afirmou, referindo-se a denúncias contra o relator-geral, Gim Argello (PTB-DF), publicadas domingo em *O Estado de S. Paulo*.

Segundo o jornal, Gim teria destinado dinheiro público, por meio de suas emendas individuais ao Orçamento de 2009, a um instituto fantasma, que subcontratava empresas de fachada.

Obra do Planalto teria sido superfaturada

Alvaro Dias disse ontem que existem indícios de superfaturamento nas recentes obras de reforma do Palácio do Planalto. Ele pediu que seja colocado em votação no Plenário requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que pede uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) nas contas das obras do palácio presidencial.

Alvaro Dias lembrou que a obra foi orçada em R\$ 76 milhões, mas, segundo a imprensa, teriam sido gastos R\$ 111 milhões.

Autorregulamentação ainda não funcionou e é apenas complementar

Quase um ano e meio após o compromisso público de autorregulamentação da publicidade dirigida a crianças até 12 anos, anunciado por 24 grandes empresas do setor de alimentos, em agosto de 2009, estudo do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília (UnB) mostra que na prática nada mudou.

– Constatamos que não houve mudanças nem no perfil dos alimentos, nem no teor das peças publicitárias, nem nas estratégias de marketing utilizadas – afirmou ao **Jornal do Senado** a professora do Departamento de Nutrição da UnB Renata Monteiro, coordenadora do Propaganut, projeto do observatório que desde 2006 analisa propaganda, alimentação e nutrição nas diferentes mídias.

O estudo analisou todos os encaminhamentos feitos pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) após o acordo firmado pelos grandes fabricantes.

– Propagandas que poderiam ter sido suspensas, por desrespeitar o compromisso assumido pelas indústrias, não foram – diz Renata.

Tanto a iniciativa dos grandes fabri-

cantes de alimentos quanto as normas éticas do Conar para publicidade de produtos alimentícios para crianças e adolescentes são iniciativas importantes, na avaliação da coordenadora do Propaganut, mas insuficientes, pois “não substituem a necessidade de regulação pela Anvisa”.

O Brasil possui características que expõem mais o público infantil ao marketing dos alimentos com alto teor de açúcar, gordura e sal. Uma delas é ser o país onde a criança permanece mais tempo na frente da TV (média de cinco horas diárias), conforme pesquisa publicada em 2006 no livro *Crianças do consumo: a infância roubada*, de Susan Linn, professora de Psiquiatria na Escola Médica de Harvard.

Há outros fatores agravantes, segundo Renata Monteiro, como o grande acesso (90,5%) da população à TV, nível de escolaridade ruim e a pouca permanência dos pais em casa.

– É claro que os pais têm que participar. Mas todos têm um papel a desempenhar: a Anvisa regulando, a indústria colocando alimentos de melhor qualidade, além da colaboração da mídia – analisa Renata, mãe de três filhos pequenos.

Conar diz que Anvisa está impedida de legislar sobre propaganda

Melhorar a qualidade dos produtos antes de restringir a publicidade de alimentos voltados para crianças e adolescentes é uma das posições defendidas pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar). O exemplo citado ao **Jornal do Senado** pelo vice-presidente-executivo da entidade, Edney Narchi, é o acordo de cooperação entre o Ministério da Saúde e a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), que reduziu o uso de cerca de 230 mil toneladas de gordura trans em 2009, se comparado ao ano anterior, em produtos como biscoitos, bolos, sorvetes, chocolates e óleos, entre outros.

Estudo da Abia mostra que 94,6% das suas filiais alcançaram a meta estabelecida em 2007, quando foi instituído o Fórum da Alimentação Saudável, que pelos bons resultados foi prorrogado em novembro por mais três anos. O objetivo é atender à recomendação da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), que estabelece o limite de 5% de presença de gordura trans no total de gorduras em alimentos processados e 2% do total de gorduras em óleos e margarinas.

Entendimentos como esse, segundo Narchi, revelam maior eficácia do que as tentativas da Anvisa de legislar

sobre publicidade, extrapolando sua competência. “O Conar integra a câmara setorial de propaganda da agência. E nós a alertamos, várias vezes, de que ela não possui essa competência. Isso também ocorreu com a publicidade de bebidas alcoólicas e medicamentos”, situa Narchi, favorável à aprovação de lei federal que fixe parâmetros para a propaganda de alimentos, acabando com a disputa judicial entre a indústria e a agência.

Criado em 1980 para fiscalizar a aplicação do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, formulado dois anos antes, o Conar deixa claro que não está fiscalizando o compromisso público firmado em agosto de 2009 pelos 24 grandes fabricantes de alimentos e pela Associação Brasileira de Anunciantes. O Conar, diz Narchi, acompanha a aplicação das suas normas direcionadas à publicidade de produtos para o público infantojuvenil, estabelecidas no código (veja Saiba mais).

O vice-presidente do conselho diz que são poucas as infrações nesse tipo de publicidade e que, desde 2006, os programas infantis não têm mais apresentadores oferecendo lanchinho, ou seja, fazendo *merchandising* de alimentos para crianças.

Saiba mais

Íntegra dos projetos dos senadores Marisa Serrano (PLS 150/09) e Tião Viana (PLS 25/03), e da CMA (PLS 282/10):
<http://migre.me/2KWPF>
<http://migre.me/2KWRW>
<http://migre.me/2KWTq>

Especial do Jornal do Senado – 14 a 20 de setembro de 2009
<http://migre.me/2KXi6>

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
www.anvisa.gov.br

Instituto Alana
www.alana.org.br

Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar)
www.conar.org.br

Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da UnB
<http://propaganut.wordpress.com>

OMS estima que país perderá cerca de US\$ 60 bilhões até 2015 devido ao impacto nos seus gastos com doenças crônicas não transmissíveis provocadas principalmente por maus hábitos alimentares e sedentarismo

ENQUANTO O BRASIL já enfrenta os problemas da chamada epidemia mundial da obesidade, uma verdadeira queda de braço está sendo travada na Justiça e no Congresso para frear as restrições à publicidade de alimentos com alto teor de açúcar, gordura e sal. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que o país perderá cerca de US\$ 60 bilhões até 2015 devido ao impacto nos seus gastos com as doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e câncer, provocadas principalmente pelos maus hábitos alimentares e pelo sedentarismo.

No final de dezembro, entra em vigor a Resolução 24/10 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que exige a exibição de frases de alerta na propaganda de alimentos com elevadas quantidades de açúcar, gordura saturada, gordura trans, sódio e bebidas com baixo teor nutricional. Por exemplo, o produto de uma marca comercial com muito açúcar terá de usar na peça publicitária o alerta de que “consumido em grande quantidade, aumenta o risco de obesidade e de cárie dentária”.

No entanto, essa regulamentação, que vem sendo discutida

desde 2006 e pretende proteger especialmente as crianças – mais vulneráveis às estratégias de marketing dos anunciantes –, está ameaçada de valer apenas para uma pequena parte das empresas de alimentos. Desde setembro último, liminar concedida pela 16ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, suspendeu o cumprimento da resolução pelos filiados da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), que congrega nada menos que 70% dos fabricantes do setor.

– Essa liminar não abrange as mídias, como TV, rádio, jornal e revistas, nem estabelecimentos como supermercados e outros canais da rede varejista – afirma a gerente-geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda da Anvisa, Maria José Delgado. Em entrevista ao **Jornal do Senado**, ela ressaltou que a resolução publicada em junho último continua em vigor. Para reforçar essa posição da Anvisa, mais de 40 entidades e organizações de defesa dos direitos do consumidor e da criança, além das que atuam nas áreas de saúde e nutrição, devem formalizar em 17 de dezembro a criação de uma frente em defesa da regulação da publicidade de alimentos não

saudáveis.

Do lado dos anunciantes, o principal questionamento na Justiça é que a agência está extrapolando sua competência ao querer legislar sobre propaganda.

– Essa é uma briga semelhante à que ocorreu com a publicidade de cigarros. Não foi fácil vencer os interesses da indústria – lembra Mariana Ferraz, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), uma das entidades articuladoras da frente. Desde dezembro de 2000, a Lei 10.167 proíbe a propaganda de cigarros, charutos e outros produtos do tabaco.

Para solucionar essa queda de braço na definição de regras para a publicidade de alimentos, especialmente a que foca o público infantil, entidades como o Idec e o Instituto Alana, responsável pelo projeto Criança e Consumo, e representações da indústria, do marketing e da propaganda estão tentando negociar um entendimento em torno do projeto (PLS 150/09) da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), em tramitação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde o relator é o senador Gilberto Goellner (DEM-MT).

Objetivo primordial é a saúde pública, diz senadora

Com regras mais restritivas que a resolução da Anvisa e que resgatam algumas das medidas da primeira versão do regulamento, submetida a consulta pública entre novembro de 2006 e abril de 2007 (Consulta Pública 71/06), o projeto de Marisa Serrano determina que a propaganda de alimentos com elevadas quantidades de açúcar, gordura saturada, gordura trans, sódio e bebidas com baixo teor nutricional só poderá ser veiculada no rádio e na TV entre 21h e 6h. Esse é o mesmo horário proposto no PLS 25/03, de Tião Viana (PT-AC).

As peças publicitárias devem conter mensagens de advertência sobre os riscos associados ao consumo excessivo desses alimentos; não poderão sugerir que o alimento é saudável ou benéfico para a saúde; e não poderão ser direcionadas às crianças e aos adolescentes utilizando imagens ou personagens associados a esses públicos-alvo ou vinculando a brindes, brinquedos, filmes ou jogos eletrônicos. O projeto proíbe a veiculação em material educativo e lúdico, em instituições de ensino e entidades de atendimento infantil (veja Saiba mais).

As entidades da indústria e de marketing propaganda solicitaram, segundo a senadora, prazo até o final do ano para formular suas contribuições. “Vamos avaliar. Será melhor se pudermos chegar a um entendimento. Porém, é importante que fique claro que o objetivo primordial do projeto é a saúde pública, para que haja redução no consumo de alimentos com excesso de gordura, açúcar

e sal, especialmente pelas crianças”, posiciona a senadora. Marisa levantou a possibilidade de fazer uma nova audiência pública (a primeira foi em 19 de novembro de 2009).

Uma outra frente de discussão sobre a publicidade de alimentos infantis deve ser aberta no Senado, com a comissão que deverá apresentar um anteprojeto para o aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Entre as 11 propostas já encaminhadas pela CMA, está o PLS 282/10, que considera abusiva a publicidade de alimentos que induza o público infantil a consumir produtos com excesso de açúcar, gordura saturada, gordura trans, sódio e bebidas com baixo teor nutricional.



Marisa Serrano defende mais restrições que as da resolução da Anvisa que entra em vigor neste mês

William Renato Samadô Federal



Projeto de Tião Viana fixa horário (das 21h às 6h) para propaganda dirigida ao público infantil

Genildo Magalhães Samadô Federal

Restrições adotadas em todo o mundo

Alemanha – Programas infantis não podem ser interrompidos. A publicidade não deve usar crianças para apresentar vantagens especiais e características de um produto que não seja adequado ao natural interesse e manifestação delas. Anúncios não podem influenciar o programa no conteúdo ou redação; devem estar agrupados em blocos e inseridos entre os intervalos das transmissões.

Bélgica – É proibida nas regiões flamengas. É proibido todo tipo de publicidade 5 minutos antes ou depois de programas infantis.

Canadá – É proibida a publicidade de produtos não destinados a crianças em programas infantis. Pessoas ou personagens conhecidos pelas crianças não podem ser usados. A televisão pública não exibe qualquer publicidade nos programas infantis. É proibida a exibição de um mesmo produto em menos de meia hora. Nenhuma estação de TV pode transmitir mais de 4 minutos de publicidade comercial a cada meia hora de programação para crianças, ou mais de 8 minutos a cada 1 hora quando os programas forem de duração maior.

Dinamarca – É proibida a publicidade em programas infantis, ainda que 5 minutos antes ou depois.

Estados Unidos – Limite de dez minutos e 30 segundos de publicidade por hora nos finais de semana e 12 minutos nos dias de semana. É proibida a exibição de programas comerciais. É proibida a publicidade de sites com propósitos comerciais na programação infantil. É proibido o *merchandising* testemunhal e o uso de personagens infantis.

Grécia – É proibida a publicidade de brinquedos entre 7h e 22h.

A ideia de que a proibição seja estendida a outros produtos está em fase de estudos.

Inglaterra – É proibida a publicidade de alimentos com alto teor de gordura, sal e açúcar dentro e durante a programação de TV com apelo ao público menor de 16 anos, a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer canal ou emissora. Para não confundir a criança, é proibido o uso, nas imagens de TV, de cortes rápidos e ângulos diferentes. É proibido o uso de efeitos especiais que insinuem que o produto possa fazer mais do que efetivamente faz. É proibida a publicidade para crianças que ofereça produtos ou serviços por telefone, correio, internet ou celular. É proibida qualquer transmissão antes das 21h de publicidade comercial apresentada por personalidades ou personagens (incluindo bonecos, fantoches e marionetes) que apareçam regularmente em programas de TV apresentando ou endossando produtos ou serviços de particular interesse das crianças.

Irlanda – É proibida qualquer publicidade durante programas infantis em TV aberta.

Itália – É proibida a publicidade de qualquer produto ou serviço durante desenhos animados.

Noruega – É proibida a publicidade de produtos e serviços direcionados a crianças menores de 12 anos. É proibida a publicidade durante programas infantis. A publicidade não pode ocupar mais de 15% do tempo da programação diária.

Portugal, Luxemburgo e Áustria – É proibido qualquer tipo de publicidade nas escolas.

Suécia – É proibida a publicidade na TV dirigida à criança menor de 12 anos, em horário anterior às 21h. É proibido qualquer tipo de comercial veiculado durante, imediatamente antes ou depois dos programas infantis seja de produtos destinados ao público infantil ou adulto. É proibido o uso de pessoas ou personagens em comerciais de TV.



Muito exposta à TV, criança tende a substituir alimentos saudáveis por não saudáveis, sobretudo se assiste a programas e propagandas enquanto estiver comendo

Anissa Thompson

IBGE: Brasil está se tornando um país de obesos

A *Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003* já mostrou que as famílias estão gradualmente substituindo a tradicional dieta do brasileiro (arroz, feijão, hortaliças) por bebidas e alimentos industrializados, como refrigerantes, biscoitos, carnes processadas e comidas prontas. Esses dados estão sendo atualizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que deve divulgá-los na próxima semana, com o detalhamento da pesquisa de 2008-2009.

A primeira parte da pesquisa, divulgada em agosto último, mostrou que mais de 30% das crianças brasileiras entre cinco e nove anos de idade, exatamente na faixa de maior vulnerabilidade ao marketing agressivo da indústria de alimentos, apresentam sobrepeso. A obesidade atinge 14,3% das crianças dessa faixa etária, com peso maior sobre os meninos (16,6%) do que sobre as meninas (11,8%), conforme a pesquisa de 2008-2009.

Na faixa superior, entre 10 e 19 anos, o problema maior é o do sobrepeso que afeta cerca de 20% desses jovens brasileiros (os obesos são 4,9%). Acima dos 20 anos, o sobrepeso atinge 48% das mulheres e 50,1% dos homens. A situação se agrava entre os 20% mais ricos, onde o excesso de peso atinge 61,8% da população com idade superior a 20 anos enquanto a obesidade aflije 16,9%.

Alguns estudos revelam que as crianças tendem a substituir alimentos saudáveis por não saudáveis quanto mais expostas à televisão, especialmente se assistirem aos programas e às propagandas quando estiverem comendo. Pesquisadores austríacos mostraram, em 2009, que haveria redução entre 13,5% e 18% da obesidade infantil só com a retirada da publicidade de alimentos da televisão.

Predomina a propaganda de produtos não saudáveis

Comparado a outros dez países, o Brasil é o que menos exibe propaganda de alimentos saudáveis, como frutas, vegetais, cereais integrais, leite e derivados com baixo teor de gordura, e carnes magras (peixe, por exemplo). Esse foi um dos principais resultados de estudo coordenado por um grupo canadense, do qual o Observatório da UnB participou com recursos do Ministério da Saúde.

Com metodologia capaz de avaliar a publicidade de alimentos infantis em canais de TV com sinal aberto nesses 11 países, o levantamento foi realizado entre o final de 2007 e fevereiro de 2008. Foram monitoradas 192 horas de programação em cada um dos países. No Brasil, o levantamento foi feito em três das principais emissoras (Globo, Record e SBT). Os pesquisadores da UnB constatarem que o Brasil apresenta um percentual de peças publicitárias de alimentos não saudáveis bastante semelhante ao de países como Inglaterra, Itália, Suíça,

Espanha, Grécia, China e Austrália. “Nos EUA, o percentual é maior. E com o Canadá não há como comparar, porque lá a publicidade de alimentos infantis é proibida”, explica a professora da UnB Renata Monteiro.

O que diferencia o Brasil é a pouca publicidade de alimentos saudáveis. Os dados acabaram distorcidos, segundo a pesquisadora, porque consideraram a publicidade dos supermercados referentes à feira semanal. Esse tipo de publicidade foi excluído do estudo anterior, entre agosto de 2006 e o mesmo mês de 2007, quando os pesquisadores avaliaram 4.160 horas de programação de quatro canais de TV, dois por assinatura voltados para o público infantil (Cartoon Network e Discovery Kids) e dois abertos (Globo e SBT).

Esse estudo mostrou que 85,2% dos produtos alimentícios anunciados são destinados ao público infantil. O alarmante é que 95,2% desses anúncios são

de alimentos com excesso de gordura, sal e açúcar. A veiculação ocorre principalmente próximo à hora do almoço, no período da tarde e à noite, com pico no chamado horário nobre, quando a criança ainda está na frente da TV.

Os apelos lúdicos, a conquista de amizades e especialmente o reforço da marca com mensagens para promoção de brindes (cerca de 35% das 290 peças publicitárias analisadas) são estratégias predominantes nas propagandas de alimentos infantis. Outro aspecto importante, segundo Isabella Henriques, do Instituto Alana, é o fato de estudos sobre o desenvolvimento infantil terem comprovado que a criança até os seis anos não tem capacidade de discernir o que é propaganda do que é a programação infantil. “Só próximo aos 12 anos é que a criança vai apresentar condições de avaliar mais adequadamente as estratégias de publicidade”, informa a coordenadora do projeto Criança e Consumo.



Decisão na 1ª Vara Federal de São Paulo classifica mecanismo como "retrocesso social" que só tem como tarefa reduzir os benefícios dos segurados

Paim elogia juiz que considerou o fator previdenciário inconstitucional

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) comemorou a decisão do juiz da 1ª Vara Federal Previdenciária de São Paulo, Marcus Orione Gonçalves Correia, que declarou a inconstitucionalidade do "famigerado fator previdenciário". De acordo com Paim, a decisão se deu "por introduzir elemento de cálculo que influi no próprio direito ao benefício".

Paim saudou ontem o juiz por sua decisão, lembrando que a Constituição fala da questão da idade para a aposentadoria, mas "o fator previdenciário malandramente reintroduziu" o quesito idade frente à expectativa de vida da

população brasileira.

Segundo Paim, o juiz considerou que o fator previdenciário "é um retrocesso social", uma vez que funciona apenas como um redutor para os benefícios.

O parlamentar salientou outro aspecto observado pelo juiz: o fator previdenciário não leva em conta as diferenças regionais relativas à idade e à expectativa de vida.

Ordem ao INSS

Na sentença, Marcus Orione Gonçalves Correia determinou que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) promova

imediatamente o recálculo do benefício, sem incidência do fator previdenciário.

Paim trouxe exemplo citado pelo juiz, segundo o qual uma mulher com 30 anos de contribuição e salário médio de R\$ 1.000 tem seu benefício reduzido para R\$ 565 após a aplicação do fator.

O senador disse ainda que o projeto foi aprovado por unanimidade pelo Senado, mas aguarda votação em Plenário na Câmara, onde atualmente tramita (PL 3.299/08). Paim lembrou também terem sido colhidas mais de 2 milhões de assinaturas contra o fator, que definiu como "uma grande injustiça".



Foto: de Gerardo Magalhães/Senado Federal

Senador lembra que a extinção do fator já foi decidida pelo Senado e agora está na Câmara



Experiência jornalística da futura senadora gaúcha é destacada por Pedro Simon

Simon saúda eleição de Ana Amélia e lamenta saída de Zambiasi

Pedro Simon (PMDB-RS) saudou em Plenário a eleição de Ana Amélia Lemos como senadora pelo Partido Progressista (PP) no Rio Grande do Sul. Jornalista, ela atuou nos principais meios de comunicação do estado e atualmente estava na RBS TV.

– De todas as pessoas que largaram a vida na imprensa, no rádio e na televisão, é difícil encontrar alguém com tanto preparo, tanta capacidade, tanta integridade, tanta competência. É uma grande jornalista – disse.

O parlamentar acrescentou que os 30 anos de vivência profissional de Ana Amélia e seu convívio com políticos e organizações governamentais e não governamentais equivaleriam a uma experiência política de três décadas. Ele recordou que, quando o ex-deputado Delfim Netto ocupou a pasta da Fazenda, considerava as reportagens de Ana Amélia melhores que suas próprias falas nas entrevistas.

Simon cumprimentou também a reeleição de Paulo Paim (PT-RS), a quem chamou de "campeão de projetos, lutas e causas populares". Lamentou, porém, a saída do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que não se candidatou a cargo eletivo, ao final da atual legislatura.

Papaléo quer incentivos para atrair médicos a cidades do interior

Papaléo Paes (PSDB-AP) sugeriu ontem que o governo federal incentive a ida de médicos para cidades do interior, principalmente nos estados do Norte e do Nordeste, tornando assim mais homogênea a presença desses profissionais no país.

Um recurso plausível para atenuar o problema, apontou o senador, citando artigo da endocrinologista Aracy Balbani, seria cobrar contrapartida dos profissionais formados em universidades públicas, maioria no caso das profissões médicas, que, em troca da gratuidade do ensino de alta qualidade, exerceriam sua habilidade no interior do país.

O trabalho, acrescentou Papaléo, seria remunerado por alguma bolsa de aperfeiçoamento. Outra forma seria a incorporação temporária desses profissionais às Forças Armadas, que têm presença obrigatória nas áreas mais remotas do Brasil, apontou o senador.

Papaléo também elogiou a criação, pelo Ministério da Saúde, de uma comissão para elaborar um plano de carreira do Sistema Único de Saúde (SUS) que pode representar oportunidade de readequação dos quadros.

Na opinião do senador, é fundamental atacar o que chamou de isolamento dos médicos.



Papaléo Paes diz que trabalho poderia ser remunerado com bolsa de aperfeiçoamento



Para Leomar Quintanilha, comunidades mais vulneráveis podem fazer bom uso do dinheiro

Quintanilha pede uso do pré-sal para socorrer áreas mais carentes

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu ontem, em discurso no Plenário, a definição das regras de partilha dos recursos da exploração do petróleo da camada pré-sal, cujo projeto foi aprovado semana passada na Câmara dos Deputados.

Ele propôs que os recursos sejam repartidos entre todos os estados e municípios da Federação, de modo que as comunidades mais vulneráveis do país possam se beneficiar da riqueza do petróleo e ter condições de se desenvolver adequadamente.

– É indispensável garantir uma participação justa, que auxilie de fato aqueles que mais necessitam dos recursos oficiais – afirmou.

Leomar Quintanilha se disse frustrado pelo fato de o Congresso Nacional não ter se debruçado ainda sobre a questão da revisão do pacto federativo, redimensionando as atribuições da União, dos estados e dos municípios.

Na avaliação do senador, é inadmissível que os municípios fiquem com tantas responsabilidades, como atualmente ocorre, sem a compensação financeira adequada, a qual permita aos prefeitos atenderem as demandas imediatas da população.

Dornelles apoia medidas do BC contra a inflação

Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou as recentes medidas do Banco Central (BC) que objetivam a redução do ritmo de aumento do crédito e o combate à inflação. Na semana passada, o banco anunciou a elevação da alíquota dos depósitos compulsórios dos bancos, novas regras para cartões de crédito e outras medidas para impedir o avanço da inflação.

– As autoridades monetárias inovaram na realização de um aperto na oferta de crédito. Ao invés do costumeiro aumento da Selic, optaram por elevar as alíquotas dos recolhimentos e encaixe compulsórios exigidos das instituições financeiras como uma forma de reduzir a oferta de crédito, com recursos livres e, assim, aumentar a taxa de juros de quem toma tal tipo de empréstimo – resumiu o senador.

Dornelles afirmou que a decisão de política creditícia tomada pelo governo merece seu apoio integral. "Considero, entretanto, totalmente desnecessário que o Copom, na reunião da próxima quarta-feira, venha a aumentar a taxa Selic", disse.

Para ele, as medidas tomadas pelas autoridades monetárias são suficientes para conter as pressões de demanda sem afetar as contas públicas.



Dornelles considera desnecessário aumento da taxa Selic na reunião de amanhã do Copom

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Augusto Botelho • Adelmir Santana • Paulo Paim • Papaléo Paes • Mozarildo Cavalcanti • Leomar Quintanilha

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Mozarildo cobra investigação sobre corrupção

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou os resultados e conclusões das investigações que estavam sendo feitas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal sobre a ocorrência de corrupção eleitoral neste ano em Roraima. Mozarildo disse que, em seu estado e em vários outros, houve compra de votos e abuso do poder político e econômico, mas a Lei Eleitoral é uma colcha de retalhos que acaba beneficiando o autor do crime.

– Depois que [o candidato eleito recebe] diploma e toma posse, há uma cultura geral no Brasil de que as coisas não acontecem mais. Aliás, muitos praticam crimes eleitorais confiando nisso, confiando em bons e muito bem pagos advogados – lamentou.

Mozarildo salientou que, segundo a imprensa, o voto mais caro do Brasil – quando se compara o custo das campanhas e número de votantes – foi o de Roraima, que também é o estado com menos eleitores. Ele disse que isso mostra o tamanho da corrupção praticada naquele estado, pois a Polícia Federal anunciou a apreensão de R\$ 4 milhões em todo o Brasil, sendo que R\$ 2,5 milhões foram apreendidos apenas em Roraima.

– O governador [Anchieta Júnior, reeleito] está tendo razão, quando disse em julho de 2008 na minha cara que lá [em Roraima] só ganhava eleição quem tinha o poder na mão e dinheiro. E disse também que, naquela época, já tinha misteriosamente R\$ 50 milhões para gastar na campanha. Imaginem quanto tinha em 2010 – denunciou.



Mozarildo diz que Roraima teve o "voto mais caro" do país



Heráclito teme que bandidagem carioca migre para o Nordeste

Heráclito pede combate contínuo ao narcotráfico

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou ontem que o trabalho iniciado pelos governos federal, estadual e municipal contra o narcotráfico no Rio de Janeiro, precisa ter continuidade "ou a bandidagem vai migrar para o Nordeste". Ele disse que esteve neste fim de semana no Rio de Janeiro, conversou com diversas pessoas e pôde constatar como a segurança retornou à rotina dos cariocas.

Heráclito assinalou que a preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 não deve passar apenas pela segurança pública, mas também pela infraestrutura de aeroportos em todos os estados brasileiros, "para que não passemos vexame".

– O meu avião teve que desviar para Belo Horizonte. O aeroporto Tancredo Neves, até anos atrás considerado ocioso, ficou completamente lotado e, num momento de emergência, os aviões foram deslocados para o já quase inativo aeroporto da Pampulha. Guarulhos lotado, Campinas lotado – relatou.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) disse, em aparte, que não existe chuva de drogas ou armas nas favelas do Rio de Janeiro. Ele assinalou que tudo chegou às mãos dos traficantes através de portos, aeroportos e rodovias.

Dornelles anunciou que encaminhou proposta ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, para a criação de uma Guarda Nacional que ajude a fiscalizar as fronteiras.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a ação conjunta da polícia e das Forças Armadas pode conter a ponta, mas os chefões do narcotráfico carioca não foram presos.

Atentados a ônibus e vans, como os cometidos há algumas semanas no Rio, podem custar até 20 anos de prisão, segundo proposta em discussão no Senado

Mudanças no Código Penal na pauta da CCJ amanhã

CINCO PROJETOS DE lei que alteram o Código Penal estão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de amanhã. A relatora, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), elaborou um substitutivo que aumenta as penas de vários crimes, determina que o cumprimento da pena por crimes mais graves comece sempre em regime fechado e ainda qualifica o crime de formação de quadrilha ou bando.

Entre as principais mudanças está a de que a formação de quadrilha ou bando passa a ter duas definições. A primeira, já existente, refere-se à associação de mais de três pessoas com a finalidade de cometer crimes. Pelo Código Penal, a punição vai de um a três anos de reclusão. Na proposta apresentada, a pena passa a ser de dois a seis anos de reclusão.

O projeto também tipifica como formação de quadrilha a associação para promover atos de violência ou grave ameaça, explosão, sequestro, incêndio, saque, depredação ou sabotagem contra meios ou vias de transporte, como ocorreu no Rio de Janeiro recentemente. A pena vai de dez a 20 anos de reclusão.

Também passa a ser de três a 12 anos de reclusão – contra um a quatro anos atualmente – a pena para quem importar ou exportar mercadoria proibida, ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria. Essa também é outra pena que, segundo a proposta, deverá iniciar em regime fechado.



Substitutivo de Kátia Abreu amplia pena e conceito de formação de quadrilha

Punições maiores para crimes de servidores

Entre as propostas incluídas no substitutivo de Kátia Abreu ao Projeto de Lei (PLS) 438/03, do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), há vários aumentos de penas para crimes praticados por servidor público no exercício da função. Veja exemplos a seguir:

Delito	Pena
Funcionário público que se apropriar de ou desviar dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, do qual tenha posse em razão do cargo	3 a 12 anos de reclusão, além de multa
Servidor que, embora não tenha a posse do dinheiro ou bem, desvia ou colabora para que seja desviado, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a condição de ser funcionário (peculato)	Mesma pena do anterior, começando em regime fechado
Inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados da administração pública para obter vantagem indevida ou causar dano	Reclusão mínima de 3 anos
Exigir vantagem indevida, direta ou indiretamente e ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela (concessão)	Reclusão mínima de 3 anos
Exigir tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevidos, ou, se de fato forem devidos, que emprega meio vexatório ou gravoso para recebê-los, se a lei não autoriza esses meios (excesso de exação)	3 a 12 anos de reclusão
Desviar, em proveito próprio ou de outro, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos	3 a 12 anos, mantida a multa
Solicitar ou receber, para si ou para outros, direta ou indiretamente, vantagem indevida, ou aceitar promessa de vantagem (corrupção passiva)	3 a 12 anos de reclusão, início em regime fechado

Comissão promove três audiências públicas

Além da reunião ordinária de amanhã, a CCJ realiza mais três encontros nesta semana. O primeiro – às 14h30 de hoje – discute o PLC 116/10, que unifica as regras da TV por assinatura, cria cotas de conteúdo nacional e faculta às operadoras de telefonia a participação no setor.

Trata-se de audiência pública conjunta com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE); de Educação; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Amãhã, às 10h, a CCJ realiza outra audiência pública conjunta, com a CAE, para debater o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O presidente da instituição, Luciano Coutinho, foi convidado para participar. Depois acontece a votação de projetos.

Por fim, a CCJ realiza na quinta-feira, às 10h, audiência pública para debater a PEC 73/07, que inclui os alimentos e as bebidas alcoólicas na relação dos produtos, práticas e serviços cuja propaganda comercial está sujeita a restrições legais. O autor do projeto é o senador Augusto Botelho (sem partido-RR). Foram convidados, entre outros, o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello.

Amãhã, às 10h, audiência pública para debater a PEC 73/07, que inclui os alimentos e as bebidas alcoólicas na relação dos produtos, práticas e serviços cuja propaganda comercial está sujeita a restrições legais. O autor do projeto é o senador Augusto Botelho (sem partido-RR). Foram convidados, entre outros, o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello.

MP tranca a pauta de hoje do Plenário

O primeiro item da pauta da sessão plenária de hoje é a Medida Provisória (MP) 499/10, que criou o cargo de chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, com remuneração de R\$ 11.431,88. A MP, que também criou outros dois cargos DAS-6 para a pasta da Defesa, tranca a pauta do Plenário e tem prioridade de votação sobre as demais matérias.

Segundo justificativa dos ministros da Defesa, Nelson Jobim, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo

Bernardo, a transformação dos cargos não causou impactos financeiros ao Orçamento da União.

A MP instituiu também gratificações para cargos de confiança exercidos por servidores militares no Ministério da Defesa. Os valores dessas gratificações vão de R\$ 843,60 a R\$ 1.358,75 – mesmos valores pagos aos militares lotados em cargos de confiança na Presidência da República. O relator da matéria no Senado é o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Homenagem ao Dia do Marinheiro na quinta

Sessão solene conjunta do Congresso Nacional na quinta-feira, às 10h, comemora o Dia do Marinheiro, celebrado em 13 de dezembro, data de nascimento do almirante Joaquim Marques Lisboa, o marquês de Tamandaré, patrono da Marinha. A sessão será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados.

A data foi criada em 1925, em reconhecimento aos serviços prestados pelo marquês de Tamandaré. Nascido em Rio Grande (RS), no dia 13 de dezembro de 1807, Tamandaré faleceu em 20 de março de 1897, no Rio de Janeiro. Por

iniciativa do Congresso, entrou para o *Livro dos Heróis da Pátria*.

O patrono da Marinha participou das lutas pela Independência e da repulsa às revoltas ocorridas no período regencial, tais como a Cabanagem (PA), a Sabinada (BA), a Farrroupilha (RS), a Balaiada (MA) e a Praieira (PE). Tamandaré participou, ainda, da guerra contra Oribe e Rosas, em 1851, também conhecida como "Guerra do Prata" – entre Argentina e Brasil – e comandou as forças brasileiras durante a Guerra do Paraguai.



Jefferson Praia, relator, apresentou parecer favorável à proposta

Projeto prevê construção de centros olímpicos

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examina hoje projeto (PLS 520/09) da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Centros Olímpicos.

O objetivo do programa é construir, ampliar ou recuperar instalações esportivas, nas capitais e cidades com mais de 500 mil habitantes, de modo a garantir que cada uma delas tenha pelo menos um centro olímpico. O relator, Jefferson Praia (PDT-AM), recomenda a aprovação.

A pauta da comissão inclui ainda projeto (PLS 397/08) apresentado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO) que assegura aos professores da educação básica que atuam em regime de tempo integral metade da carga horária em atividades de estudo, planejamento, avaliação e outras não incluídas no trabalho de interação com os alunos previsto em seu plano curricular.

Meia-entrada pela internet pode ser aprovada hoje

Os fornecedores de ingressos na internet para evento cultural poderão ser obrigados a oferecer também a meia-entrada. A proposta, do deputado Felipe Bornier (PHS-RJ), é um dos itens da pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), hoje, às 11h30. O parecer do relator, Jayme Campos (DEM-MT), é favorável à matéria, que tramita terminativamente na CMA.

A comissão também deverá votar requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para que seja realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para avaliar denúncias de desvio de recursos de um projeto de cooperação entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).



Voto de Jayme Campos é favorável à aprovação da proposta na CMA

Após audiências públicas em que foram recolhidas sugestões, comissão de juristas passa a elaborar o anteprojeto de novo Código Eleitoral a ser apresentado ao Senado

Novo Código Eleitoral entra em fase de consolidação

AS CONSULTAS RESPONDIDAS pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as regras de propaganda foram os temas do último debate realizado, ontem, no Rio de Janeiro, pela comissão de juristas que elabora o novo Código Eleitoral. Agora, a comissão instituída pelo Senado se concentrará na elaboração de um esboço de anteprojeto a ser submetido a consulta pública.

Em sua intervenção, o advogado Eduardo Damian sugeriu a criação de um segmento de magistrados especializados em Direito Eleitoral, a ser formado por quadros aprovados em concurso público específico. Ele destacou ainda a necessidade de se estabelecer limitação às consultas respondidas pelo TSE.

O advogado Maurício de Campos Bastos também se manifestou contra as consultas. Segundo ele, por não terem caráter vinculante, elas representam apenas dispêndio de recursos

dos tribunais eleitorais e se prestam a colocar na mídia temas de interesse de um ou outro agente do sistema eleitoral.

Bastos sugeriu que os partidos sejam obrigados a manter cursos de formação política para seus filiados, que só poderiam concorrer a cargos quando comprovassem a conclusão dessa preparação mínima.

O advogado Luiz Paulo de Castro chamou a atenção para a importância de se cuidar de questões ligadas à vida pregressa dos candidatos a cargos eletivos. Ele defendeu mudanças nas normas que regem doações de empresas que, embora formalmente pessoas jurídicas de direito privado, podem ser equiparadas a órgãos públicos.

Propaganda

O juiz Luiz Márcio Alves, membro do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, criticou o uso, a seu ver des-

virtuado, dos horários de TV destinados à propaganda partidária. Segundo Alves, o fato de as multas aplicadas serem irrisórias estimulou os partidos a colocarem seus candidatos à Presidência da República para estreitar seus programas antes do prazo permitido.

O jurista Márcio Meira Santos entregou à comissão 41 propostas de aperfeiçoamento do Código Eleitoral. Destas, destacou a importância do fortalecimento dos instrumentos da democracia direta, que, em sua opinião, podem fortalecer a democracia representativa.

O ministro do TSE Hamilton Carvalhido informou que, com a conclusão dos debates, a comissão se dedicará às discussões internas, para concluir a redação do anteprojeto. Depois de passar por consulta, o documento deverá ser entregue ao presidente do Senado, José Sarney.



Magistrados e advogados debateram ontem regras de propaganda eleitoral e consultas a serem respondidas pelo TSE

Indicação para diretor da Anvisa será votada na CAS nesta quarta

A indicação do médico Eduardo de Azeredo Costa para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é o primeiro dos 60 itens da pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado amanhã, às 11h.

A mensagem com a indicação foi enviada em abril pela Presidência. Ela visa substituir vaga deixada por Agnelo Queiroz. O ex-ministro e ex-deputado federal se desincompatibilizou do cargo para disputar o governo do Distrito Federal (elegeu-se no segundo turno). Uma das atribuições da Anvisa é o controle sanitário da produção e da comercialização de alimentos e medicamentos.

Atualmente, a diretoria colegiada da Anvisa é composta por Dirceu Raposo de Mello (diretor-presidente) e pelos diretores Dirceu Brás Aparecido Barbano, José Agenor Álvares da Silva e Maria Cecília Martins Brito.

Eduardo Costa tem 68 anos e é médico formado pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, com

doutorado pela London School of Hygiene & Tropical Medicine. Atualmente é presidente da Fundacentro, instituição que atua em pesquisas relacionadas a segurança e saúde dos trabalhadores.

Em seu relatório sobre a indicação, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também destaca os cargos exercidos por Eduardo de Azeredo Costa, como o de diretor do Instituto de Tecnologia em Fármacos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no período de 2006 a 2009.

Ex-presidentes

Para ser confirmada, a indicação precisa ser aprovada não apenas na CAS, mas também em votação no Plenário do Senado.

Antes da reunião ordinária da CAS de amanhã, está prevista, às 10h, solenidade para colocação dos retratos dos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Patrícia Saboya (PDT-CE) na galeria de ex-presidentes da comissão.

Futuro presidente do BC deve ser sabatinado hoje

Escolhido pela presidente eleita, Dilma Rousseff, para presidir o Banco Central, o atual diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro da instituição, Alexandre Tombini, será sabatinado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h.

Tombini foi indicado em mensagem assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pode ser votada ainda hoje pelo Plenário.

Tombini tem 47 anos e é gaúcho de Porto Alegre. Funcionário de carreira do BC, ocupou, entre outras funções, o cargo de diretor de Estudos Especiais e a chefia do Departamento de Estudos e Pesquisas. Já trabalhou também nos ministérios do Planejamento e da Fazenda, coordenando áreas de análise de conjuntura internacional.

O indicado também atuou, entre 2001 e 2006, como assessor no escritório da representação brasileira no Fundo Monetário Internacional (FMI).



Gilberto Goellner é relator do projeto sobre clonagem de animais

CCT discute regulamentação de clonagem

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reunirá amanhã, às 8h30, para discutir 27 projetos, entre eles o PLS 73/07, da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos – exceto humanos –, peixes, anfíbios, répteis e aves.

O projeto tem parecer favorável com emenda substitutiva do senador Gilberto Goellner (DEM-MT). Pela proposta, o governo federal fica responsável pela inspeção e pela fiscalização. Somente o fornecedor, público ou privado, devidamente registrado ou cadastrado nos serviços veterinários do governo federal, poderá produzir material genético animal e clones.

Instituições de pesquisa devem comunicar previamente a pretensão de realizar clonagem, manipulação e fornecimento de clones.

Recursos do DPVAT para estados e municípios

Estados e municípios também poderão receber parte da arrecadação do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT). É o que prevê projeto (PLS 16/09) a ser discutido na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de hoje, às 10h.

Segundo o autor da proposição, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), os gastos hospitalares com as vítimas de acidentes de trânsito recaem, em sua maior parte, sobre os estados e municípios que dispõem de unidades de saúde destinadas a urgências e emergências, o que justifica o rateio dos recursos, hoje repassados apenas à União.

Para o relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), esses recursos representariam contribuição importante aos estados e municípios para o provimento dos serviços, enquanto que, na esfera da União, seriam apenas pequena parcela.



Marconi Perillo diz que estados e municípios precisam de compensação